

	Relatório de Acompanhamento do Plano de Corrupção e Infrações conexas – Ano 2017
---	---

Nº Relatório: RA 05/2019	Data do Relatório 2019-04-10	Normas(s) de referência: N. A.	Área/Departamento Todas
Âmbito: Todos os Processos Data: Início a 14 março 2019 Duração: 10 dias úteis			

RESUMO DA AUDITORIA

1. Objetivo

Avaliação da aplicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC).

Conforme o referido no próprio PPRCIC, na sua parte IV.

Pretende-se validar a aplicação dos procedimentos pelas Áreas / Departamentos / Gabinetes e da sua consistência, tanto do ponto de vista funcional como administrativo.

2. Plano da Auditoria

Análise geral dos acontecimentos no ano de 2017 ao nível de controlo de procedimentos e ações corretivas, com influência nos diversos aspetos constantes do PPRCIC.

Análise a todas as decisões de suporte à execução do plano de investimento do ano de 2017 e do plano de alienações de 2017.

3. Documentos de Referencia

PPRCIC - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas [Versão 2 – junho 2012].

Processos integrantes do Sistema Integrado de Gestão.

Atas do Conselho de Administração

4. Acompanhamento exterior

Não existiu.



5. Comentários:

- Tendo por referência a Recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) a STCP, S.A. elaborou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), em dezembro de 2009, que teve a sua primeira atualização em junho de 2012 (Versão 2).

Embora tenha sido iniciada em 2017 a segunda atualização do PPRCIC, a mesma não foi concluída, dado o período de transição por que a empresa estava a passar, relacionada com as alterações muito significativas de objetivos estratégicos com impacto na sua gestão.

1. O Plano encontra-se desatualizado nos pontos seguidamente enumerados:
 - a) Ponto 2.1 - Composição dos Órgãos Sociais;
 - b) Ponto 2.2 - Competências dos membros do Conselho de Administração;
 - c) Ponto 2.3 – Organograma;
 - d) Ponto 2.4 – Identificação dos Responsáveis;
 - e) Parte II – Identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas, uma vez que não tem os Departamentos / Gabinetes / Unidades, bem como os seus respetivos processos / atividades atualizados;
 - f) Parte III – Medidas preventivas dos riscos - ao nível dos organismos tutelares e outras entidades reguladoras do setor.
 2. O PPRCIC da STCP não contempla as Recomendações do CPC, publicadas após junho de 2012, nomeadamente as que têm aplicabilidade à STCP:
 - A Recomendação de 7 de novembro de 2012 sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público;
 - A Recomendação de 1 de julho de 2015, sobre aspetos a implementar, com vista à melhoria da eficácia do PPRCIC.
- Como factos relevantes a assinalar no ano de 2017 temos a assinatura dos seguintes contratos:
 - ✓ Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto;
 - ✓ Contrato Interadministrativo de Constituição de “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo;
 - ✓ Contrato de Gestão Operacional, celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto;



Relatório de Acompanhamento do Plano de Corrupção e Infrações conexas – Ano 2017

- ✓ Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto e a STCP, passando a AMP a assumir todas as posições jurídicas, direitos e obrigações de que o Estado é titular no contrato de serviço público.
- Em maio foi assinado entre o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A. e quatro empresas públicas de transporte, das quais faz parte a STCP, um acordo para por fim aos litígios judiciais respeitantes a um conjunto de contratos *swap* de cobertura de taxa de juro celebrados com essas empresas, pelo qual as empresas se obrigam ao cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos assinados.
- A estrutura organizacional da STCP, por Ordenação do Conselho de Administração, foi alvo de uma alteração, a partir de 20 de novembro de 2017, com efeitos na macroestrutura, organograma, chefias e atribuições e afetação de atividades por área.
- Em 2017 a STCP aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nas adjudicações em que aquele diploma se aplicava.
- Por questões de transparência em matéria de aquisições o Conselho de Administração deliberou, conforme consta da ata nº15/17 de 11/04/2017 no seu ponto 6.2, no sentido de recomendar a todos os departamentos da empresa a utilização da plataforma eletrónica em todos os procedimentos de contratação pública futuros com valores superiores a € 5.000,00 (cinco mil euros). Tal recomendação só pode ser afastada, desde que justificada por cada responsável de departamento e autorizada pelo Conselho de Administração.
- Durante o ano foram lançados os seguintes concursos/consultas públicos:
 - ✓ 01/2017 – Concurso Público Internacional Para o Fornecimento de 173 Autocarros para Transporte Urbano de Passageiros e Serviços de Manutenção;
 - ✓ 02/2017 – Concurso Público Internacional Para o Fornecimento de 15 Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção;
 - ✓ 03/2017 – Consulta para o Fornecimento e Instalação de Sistema de Detecção e Extinção Automática de Fogo no Posto de Compartimento do Motor;
 - ✓ 04/2017 – Consulta para o Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão e em Baixa Tensão Especial;
 - ✓ 05/2017 – Consulta para o Fornecimento do Título de Transporte Monomodal Agente Único da STCP, S.A.;
 - ✓ 06/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços destinados à Manutenção Preventiva, Limpeza e Higienização de Aparelhos de Ar Condicionado Split Instalados na STCP, S.A.;
 - ✓ 07/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Jardinagem e Desmatação;
 - ✓ 08/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Comunicações Fixas, Redes de Dados de Interligação entre Estações de Recolha/Sede e Acesso *Internet* (anulado);

- ✓ 09/2017 – Concurso Público Internacional para a Construção, Exploração e Manutenção de um Posto de Abastecimento de Gás Natural Liquefeito na Estação de Recolha da Via Norte e o Fornecimento de Gás Natural Veicular para a Frota da STCP;
 - ✓ 10/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Jardinagem e Desmatização;
 - ✓ 11/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Obtenção de Matrícula de Guarda-Freio para Colaboradores da STCP;
 - ✓ 12/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Vigilância Através de Meios Humanos;
 - ✓ 13/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Auditoria de Segunda Parte de Conformidade e Garantia Técnica da Aquisição e Fornecimento dos Autocarros de Serviço Público Urbano de Passageiros ao abrigo de Concurso Público Internacional;
 - ✓ 14/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho (anulado);
 - ✓ 15/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho;
 - ✓ 16/2017 – Concurso Público Internacional para a Limpeza de Instalações e Viaturas (exceto Torre das Antas);
 - ✓ 17/2017 – Consulta para o Fornecimento de Sistema Integrado "Database Appliance" para Base de Dados Oracle;
 - ✓ 18/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Comunicações Fixas, Rede de Dados e Interligação entre Estações de Recolha/Sede, Acesso Internet, Acessos de Voz e Números Azuis;
 - ✓ 19/2017 – Concurso Público Internacional Para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Controlo dos Títulos de Transporte, Fiscalização do Cumprimento Dos Deveres que incumbem aos Passageiros e Vigilância em Autocarros.
- A STCP formalizou, com a assinatura dos contratos celebrada no dia 30 de agosto, a aquisição de 188 veículos totalmente ecológicos às empresas MAN (173 autocarros a gás natural) e Caetano Bus (15 autocarros elétricos), na sequência dos concursos públicos internacionais lançados em abril.
 - No ano de 2017 foram celebrados os seguintes contratos com valor superior a 5 milhões de euros, e não excecionados pela lei, foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas:
 - ✓ Fornecimento de 173 Autocarros para Transporte Urbano de Passageiros e Serviços de Manutenção;
 - ✓ Fornecimento de 15 Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção.Estes contratos foram visados por aquele Tribunal em 24 de novembro de 2017.



Relatório de Acompanhamento do Plano de Corrupção e Infrações conexas – Ano 2017

- Foram realizadas três auditorias ao Sistema Integrado de Gestão, sendo todas por auditores da entidade externas (uma de conformidade legal Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Qualidade, uma interna e uma pela Entidade Certificadora APCER).

Os prestadores de serviços contratados encontram-se abrangidos pelo âmbito destas auditorias.

Não foram registadas ocorrências no âmbito do PPRCIC.

As certificações do Sistema Integrado de Gestão nas vertentes da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho foram renovadas.

- Das auditorias realizadas internamente não foram detetadas perdas para a organização que não tenham sido corrigidas *in posteriolem*.

Nestas incluem-se as auditorias de acompanhamento dos inventários de armazéns de bens e títulos de transporte, abate de títulos de transporte e de controlo de saldos de caixa.

- No ano de 2017, e no que se refere à aquisição de todos os bens de investimento:
 - o valor realizado foi de 428 milhares de euros;
 - em alguns casos foram mais do que cumpridos os procedimentos de aprovação (exº aprovação em sede do CA quando bastava a aprovação por um membro do CA).
- No ano de 2017, e no que se refere ao montante das alienações:
 - o valor realizado foi de aproximadamente 53 milhares de euros;
 - foram cumpridos os procedimentos de aprovação.
- Em 2017 foi realizada uma auditoria pela Inspeção Geral de Finanças (IGF) às despesas de consultoria, estudos e pareceres das entidades do SEE - 2015 a 2016, da qual resultaram recomendações.
- Todos os extratos das atas do CA, independentemente do seu conteúdo, são distribuídas para DAF e CGA – áreas que pelas funções que lhes estão atribuídas, têm o dever de controlo (auditoria e controlo de gestão e gestão financeira e contabilistas).
- Todos os extratos das atas do CA, são disponibilizadas ao Conselho Fiscal (OS).

- **6. Conclusões / Sugestões**

Ao longo da auditoria não foram identificados incumprimentos ao PPRCIC.

Fase ao exposto no primeiro ponto do número 5. considera-se ser oportuna a atualização, em curso do PPRCIC.

Não foram encontradas evidências que suportem a necessidade de realização de auditorias complementares.

Considera-se como positiva, a publicitação e utilização alargada à generalidade dos procedimentos de contratação da plataforma eletrónica, para o lançamento de processos de aquisição de bens e serviços.

A Equipa (CGA)

Teresa Leite
Pedro Castro



Divulgação do Relatório:

CA – Primeiras Linhas – CGA

APÓS aprovado:

- Publicação do PPRCIC no portal da STCP e no site da STCP salvaguardando vertentes de natureza reservada.
- Envio do PPRCIC e dos Relatórios ao Conselho de Prevenção da Corrupção, Órgãos de Superintendência, Tutela e Controlo.